

# Parceria para levar Sei!MG às câmaras municipais

Iniciativa visa reforçar a transformação digital e simplificar rotinas

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) firmaram, nesta segunda-feira (15/12), uma parceria para expandir o Sistema Eletrônico de Informações (Sei!MG) para as câmaras municipais. A assinatura foi realizada na sede da ALMG, em Belo Horizonte.

A iniciativa fortalece o Sei!MG Municípios, programa lançado em junho de 2024 e coordenado pela Seplag-MG, em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), para viabilizar a tramitação digital de documentos e processos nas prefeituras. O sistema já é utilizado em todos os órgãos do Poder Executivo mineiro e foi implementado em 12 municípios, além de ser adotado também pela ALMG.

Com o novo acordo, o projeto passa a contemplar o Legislativo municipal, ampliando o uso do Sei!MG em diferentes esferas do setor público. A medida busca garantir mais agilidade, padronização e segurança na tramitação digital de processos e documentos, como ofícios, memorandos, atas e comunicados.

"Essa parceria com a ALMG permite fomentar, de forma compartilhada, a implantação



A assinatura foi feita na sede da ALMG, em Belo Horizonte

do Sei!MG também nas câmaras municipais. O sistema contribui para mais celeridade, segurança documental e padronização dos processos, alinhando Executivo e Legislativo, tanto no âmbito estadual quanto municipal", afirmou a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Silvia Listgarten.

A cooperação estabelece que a ALMG ofereça orientação metodológica e treinamentos preparatórios para implantação e uso do sistema e de módulos complementares, em modelo semelhante ao já adotado para as prefeituras. À Seplag-MG caberá o apoio técnico e a articulação institucional junto ao Governo Federal, necessária para a implementação

de forma segura e padronizada, com infraestrutura tecnológica provida por contratação junto à Prodemge.

"Durante a implantação do Sei!MG Municípios nas prefeituras, recebemos diversas manifestações de interesse das câmaras municipais. A parceria com a ALMG surgiu justamente para estruturar uma iniciativa que contemplasse também o Legislativo, promovendo maior integração entre os poderes", explicou a diretora Central de Sistemas Corporativos de Planejamento, Orçamento e Administração da Seplag-MG, Fernanda Mendes.

O presidente da ALMG, deputado Tadeu Leite, enfatizou

os ganhos da digitalização para a administração pública e para a população. "É um caminho sem volta. A digitalização traz mais segurança, agilidade, economia e conforto para os mineiros. Levar essa iniciativa às câmaras municipais fortalece a modernização do poder público e simplifica a relação com o cidadão", destacou.

## Como aderir

Para participar do projeto, as câmaras municipais deverão firmar acordo de cooperação com a ALMG, adotar o modelo de governança estabelecido e contratar a infraestrutura necessária junto à Prodemge. A partir dessas etapas, as casas legislativas poderão iniciar o processo de implantação, com suporte e acompanhamento previstos na parceria.

A iniciativa está alinhada ao Programa Nacional de Processo Eletrônico (ProPEN), do Governo Federal, que incentiva a modernização do processo administrativo e a adoção de soluções do ecossistema do Processo Eletrônico Nacional (PEN).

O Sei é uma plataforma gratuita de gestão de documentos e processos eletrônicos, criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e disponibilizada para órgãos públicos em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

MPF ação  
União e RJ para  
proteger acervo  
do IML

## Assinatura

O Ministério Públíco Federal (MPF) entrou na Justiça Federal com uma ação civil pública para cobrar da União e do governo do estado do Rio de Janeiro proteção imediata do acervo histórico encontrado no antigo prédio do Instituto Médico Legal (IML), na Lapa, região central da cidade. O documento aponta o abandono do prédio e requer com urgência a preservação, segurança e organização imediata dos arquivos.

De acordo com o procurador regional adjunto dos Direitos do Cidadão Julio Araujo, a ação se tornou necessária diante da deterioração acelerada do prédio e do risco real de perda de documentos essenciais para o direito à memória, à verdade e à história do país.

"O acervo está exposto a intempéries, fezes de animais, sujeira e invasões constantes. Trata-se de risco claro, iminente e absolutamente incompatível com a preservação de documentos de valor inestimável", afirmou.

Nas visitas técnicas realizadas ao longo deste ano, o MPF e órgãos especializados identificaram microfilmes em acetato e até em nitrato de celulose - material altamente inflamável - já em deterioração avançada. Também foram registradas portas arrombadas, dossiês jogados no chão e salas que sequer puderam ser acessadas.

"A precariedade estrutural e o abandono do prédio colocam em risco não apenas o patrimônio documental, mas também a segurança dos vizinhos e o direito de toda a sociedade brasileira de conhecer sua história", descreveu o procurador da República.

Para o Grupo Tortura Nunca Mais, que acompanhou a visita do MPF ao antigo prédio do IML, no mês de março de 2025, a iniciativa marca o início de um novo ciclo na luta pela preservação e pesquisa das violações de direitos humanos no Brasil, que incluem um contexto histórico ainda mais amplo que somente da ditadura.

"O que vemos aqui é uma verdadeira abertura de arquivos da repressão, algo pelo qual lutamos há muito tempo. Esse processo não apenas possibilita o acesso a esses documentos, mas também contribui para a elucidação dos fatos e para a garantia da memória do país", afirmou Rafael Maui.

O integrante do Tortura Nunca Mais defendeu um esforço conjunto para garantir a preservação do acervo. "O apoio dos órgãos públicos e da sociedade civil será essencial.

# Destaque em Olimpíada de Educação Financeira

SEE-MG / Divulgação



Escola mineira conquista 39 medalhas na competição

A Escola Estadual Ruth Martins de Almeida, localizada em Caxambu, no Sul de Minas, alcançou um marco inédito na educação pública da região ao conquistar 39 medalhas na Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (Olitef) 2025. O desempenho inclui 17 medalhas de ouro, dez de prata e 12 de bronze, colocando a instituição entre as mais premiadas do país.

O destaque expressivo veio com a classificação de 15 estudantes da escola entre os 10 mil melhores do Brasil na Olitef 2025. Todos foram premiados com R\$ 400 em títulos do Tesouro Nacional. Nenhuma outra escola de Caxambu ou da região obteve desempenho semelhante.

De acordo com o professor de Matemática Lucas de Oli-

veira, líder do projeto de educação financeira, os resultados são fruto de um trabalho iniciado em 2021 e aperfeiçoado ao longo dos anos. Ele destaca que a clareza metodológica, o uso de ferramentas digitais e o protagonismo estudantil foram determinantes para o sucesso. "O aprendizado se tornou um movimento dentro da escola. Trabalhamos com simulações reais de orçamento familiar e endividamento, conectando a Matemática ao cotidiano dos estudantes e desenvolvendo habilidades como planejamento, autocontrole e pensamento crítico", explica.

Para o professor, o fato de 15 estudantes da unidade estarem entre os melhores do país comprova o nível de excelência alcançado pela escola.